



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

PARECER JURÍDICO

AO PROJETO DE LEI Nº N° 076 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.022, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, PARA AUTORIZAR A TRANSFERÊNCIA DA CONDIÇÃO DE CESSIONÁRIA À EMPRESA COPREL TELECOM, EM RAZÃO DA SUCESSÃO EMPRESARIAL DECORRENTE DA AQUISIÇÃO DA EMPRESA YOTTA COMUNICAÇÕES DIGITAIS LTDA.

Chega a esta Assessoria Jurídica o **Projeto de Lei acima**, de iniciativa do Poder Executivo, que visa **alterar a Lei Municipal nº 1.022/2016**, a qual originalmente autorizou o Município a ceder parte do imóvel urbano de propriedade do Município de Barra Funda, localizado na Rua Expedicionário, Bairro Navegantes, Matrícula nº 14.514 do Cartório De Registro de Imóveis de Sarandi, para a Empresa Yotta Comunicações Digitais Ltda, com a finalidade de instalar uma torre para transmissão e distribuição de sinal de internet, via rádio.

Ocorre que, a empresa Yotta Comunicações Digitais Ltda foi **adquirida pela empresa Coprel Telecom**, caracterizando **sucessão empresarial**, sem solução de continuidade na prestação dos serviços anteriormente ofertados.

Em razão disso, o Executivo Municipal propõe adequar a legislação para **transferir à empresa Coprel Telecom a condição jurídica de cessionária**, mantendo os direitos e obrigações previstos na Lei Municipal nº 1.022/2016.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Competência legislativa

O Município possui competência para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, bem como para dispor sobre a utilização de seus



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

próprios bens, conforme art. 30, II e VIII da CF. A matéria envolve **autorização para utilização de bem público municipal**, motivo pelo qual a iniciativa do Chefe do Executivo é adequada.

2. Sucessão empresarial e transferência da cessão

A legislação civil brasileira reconhece a **sucessão empresarial**, especialmente nos arts. 1.142 a 1.146 do Código Civil, segundo os quais a aquisição de estabelecimento empresarial implica assunção de direitos e obrigações pelo sucessor, salvo acordo em contrário.

No caso em análise, a empresa Coprel Telecom sucede a Yotta Comunicações Digitais Ltda na prestação dos serviços outrora autorizados, mantendo a continuidade operacional e técnica. Assim, a transferência da condição de cessionária é medida juridicamente possível e compatível com o regime de cessão de uso.

3. Natureza jurídica da cessão prevista na Lei 1.022/2016

A Lei Municipal nº 1.022/2016 estabelece a **cessão de espaço e/ou infraestrutura pública** para serviços de telecomunicação, ato que depende de autorização legislativa e posterior formalização por instrumento administrativo específico.

Como a cessão envolve obrigação personalíssima do cessionário, sua transferência exige autorização formal do Poder Público, sendo adequado que tal autorização se dê mediante alteração legislativa, conforme ora proposto.

4. Interesse público e continuidade do serviço

A sucessão empresarial não altera a finalidade da cessão. A Coprel Telecom detém capacidade técnica demonstrada, garantindo a continuidade do serviço, fato que atende ao **interesse público**, princípio norteador da Administração.

5. Aspectos formais e constitucionais

O projeto não viola normas constitucionais, não cria despesas ao erário, não concede benefícios ilegais nem acarreta renúncia de receita. Também não interfere em concessões públicas federais de telecomunicações, permanecendo a matéria restrita ao **uso de bens municipais**, portanto dentro da esfera municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 1.022/2016 a fim de autorizar a transferência da condição de cessionária à empresa Coprel Telecom, em razão da sucessão empresarial decorrente da aquisição da empresa Yotta Comunicações Digitais Ltda.

Recomenda-se apenas observar, quando da futura formalização do termo de cessão, que:

1. A Coprel Telecom comprove regularmente estar habilitada para prestar os serviços previstos;
2. Sejam mantidas as condições e obrigações originais da cessão;
3. Conste expressamente a responsabilidade do sucessor por todas as obrigações assumidas pela antecessora.

No mais, **não há óbice jurídico** à tramitação e aprovação da proposição.

Diante de todo o exposto, opina-se favoravelmente à tramitação e aprovação do Projeto de Lei Municipal pelos nobres edis.

Barra Funda, 09 de dezembro de 2025.

Jaqueli da Silveira
Assessora jurídica/OAB RS 86.539